

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 06/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 33 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----
VEREADOR **Anselmo José da Rocha Barcelos**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 27 de fevereiro de 2012, realizou-se no Edifício da Junta de Freguesia de São Pedro a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Período da Pré Ordem do Dia

A Presidente começou por saudar os presentes, passando a explicar o funcionamento das reuniões públicas.-----

Seguidamente, a Presidente colocou à discussão e votação a ata número vinte e sete. O Vereador Artur Lima, após saudação, chamou a atenção para o facto desta ata serem datadas de 29 de novembro de 2010 e 6 de Dezembro de 2010, respetivamente, anotando que esta é a prova de que a oposição não era culpada das acusações de bloquear os trabalhos da Câmara. O Vereador Artur Lima lembrou que em novembro de 2010 os Vereadores da oposição fizeram referência ao início da obra na avenida na freguesia de São Pedro, que já estava atrasado, anotando que, não por culpa da oposição, a obra ainda está a decorrer. A ata foi aprovada com quatro abstenções, três do PS e uma do PSD.-----

A Presidente pôs à discussão e votação a ata número vinte e oito. O Vereador Fernando Dias pediu que a votação da ata fosse adiada para a próxima reunião e que na mesma fossem transcritas as declarações do próprio, constantes na página nove. Pediu ainda que lhe fizessem chegar esta transcrição. Ainda sobre esta ata, na página treze, o Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de haver a referência a uma declaração de um Vereador que não é identificado.-----

Ainda sobre a ata número vinte e oito, o Vereador Artur Lima chamou novamente a atenção para o facto de esta ata ser do dia 6 de Dezembro de 2010. Sublinhou que continua vazio e a degradar-se o espaço da Casa da Roda, situação que disse era suposto ter sido resolvida na referida data, afirmando que com esta referência novamente se prova quem bloqueava o desenvolvimento do Concelho. Anotou, ainda,

que a oposição deu "carta branca" ao anterior executivo para resolver este assunto e que ressalvaram que seria complicado resolver o assunto pela via que foi escolhida.-----

O Vereador Fernando Dias questionou a razão pela qual as atas só agora tenham vindo à reunião de Câmara. A Presidente disse não saber precisar. O Vereador Artur Lima anotou a importância de esta questão ser apurada.-----

A Presidente concluiu que a votação da ata número vinte e oito seria adiada.-----

A Presidente passou de seguida à prestação de informações, distribuindo os dados solicitados em anterior reunião de Câmara, sobre os custos do pavilhão do Porto Judeu.-

Em relação às questões levantadas em anteriores reuniões relativas ao Porto das Pipas, a Presidente deu conta que tiveram lugar reuniões com a Portos dos Açores, SA, com os proprietários dos bares, com a Polícia Marítima e com o Comandante do Porto.-----

A Presidente reportou-se de seguida à cerimónia de entrega dos apoios ao Desporto, que decorreu no dia 16 de fevereiro.-----

Informou ainda que no dia 17 de fevereiro decorreu a reunião da Comissão de Trânsito.-

A Presidente deu conta que, no dia 14 de fevereiro, recebeu o Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, que disse ter-se deslocado à Ilha para avaliar as obras da nova cadeia e para visita das novas instalações.-----

Deu conta de seguida que no corrente dia decorreu a apresentação de cumprimentos pela Embaixadora do Reino de Marrocos.-----

Informou que o Conselho Municipal de Segurança terá lugar no dia 29 de fevereiro.-----

A Presidente referiu seguidamente que, no final da corrente semana, irá deslocar-se a Lisboa, com três assuntos na agenda: uma reunião com o IHRU, sobre a questão das habitações, no sentido de apurar as necessidades para concluir este processo; presença

na BTL; reunião com o Chefe de Estado-maior do Exército, para formalizar uma questão de um terreno existente junto ao Relvão.-----

Indicou que no dia 6 de março vai decorrer a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, acrescentando que se prevê para o dia 7 de março a assinatura dos protocolos da delegação de competências com as Juntas de Freguesia.-----

Sobre o Conselho Municipal de Educação, deu conta que está previsto para o dia 8 de março, atendendo a alguns condicionalismos que se prendem com a disponibilidade dos participantes.-----

O Vereador Artur Lima disse ao Presidente dos Serviços Municipalizados que é necessário chamar a atenção ao responsável pelo serviço de recolha do lixo, que considerou que continua a funcionar mal, designadamente no que diz respeito aos horários, concluindo não haver regularidade na recolha do lixo.-----

O Vereador Artur Lima apontou de seguida a questão, referida na última reunião pelo Vereador Alonso Miguel, relativa aos baldes do lixo na Praça Velha, apontando questões relativas ao mau aspeto e à presença de pessoas que aguardam os autocarros junto aos mesmos, concluindo a necessidade de estes serem arrumados.-----

O Vereador Artur Lima lembrou o pedido, feito pelo próprio, de uma cópia dos ajustes diretos, feitos pela Câmara à empresa João Freitas Cardoso, na semana seguinte à então Presidente ter renunciado ao mandato, pedindo que a informação lhe seja facultada na íntegra por escrito, a propósito de um diferencial no valor de trinta mil euros. Solicitou ainda que a informação lhe seja facultada, bem como ao PSD, na corrente semana, anotando que fez o pedido há cerca de quinze dias.-----

O Vereador José Élio Ventura disse em relação à questão da recolha do lixo, que havia ficado decidido que no centro histórico de Angra se iria fazer um tratamento diferenciado em relação ao resto do concelho, com uma recolha noturna, entre as vinte horas e as duas horas da manhã, porta a porta. Indicou ainda, de acordo com o que havia sido definido, que dentro de sensivelmente uma semana os moradores da zona do centro

histórico vão receber um postal com indicação da recolha diurna e noturna, bem como a referência aos dias em que esta é feita e o intervalo da hora da passagem do lixo nas respetivas ruas. Apontou ainda que está em falta esta informação ao munícipe, que chegará aos mesmos por área dentro de cerca de quinze dias, apontando que a recolha do centro histórico está consolidada, anotando a possibilidade de haver alguma falha pontual, numa determinada área, frisando a importância de a identificar.-----

A Presidente, fez referência à questão dos baldes do lixo na Praça Velha, dado não ter informação sobre a evolução desta situação, nomeadamente em relação ao que o fiscal conseguiu apurar.-----

Sobre os ajustes diretos à empresa João Freitas Cardoso, a Presidente esclareceu, em relação ao diferencial, que não houve novo procedimento e que os valores que podem ser consultados, são referentes a um procedimento que já existia, acrescentando que esta informação será reportada por escrito. Ainda neste âmbito, o Vereador Artur Lima apontou que, até ser apurado o parecer que o próprio solicitou, os pagamentos em falta devem ser suspensos, por uma questão de precaução e tendo em conta que têm um prazo de execução de seis meses. O Vereador Artur Lima solicitou ainda informação sobre o valor já pago, dos setenta e três mil euros adjudicados. A Presidente indicou que até ao final da semana ia tentar facultar essa informação.-----

Após o Vereador José Élio Ventura ter levantado uma questão em relação ao pagamento por parte dos Serviços Municipalizados à referida empresa, até à emissão do parecer, o Vereador Artur Lima anotou a questão do Estatuto do Gestor Público e de eventuais incompatibilidades. A Presidente reiterou a importância do parecer estar disponível no prazo de três dias para clarificar a situação, que já tinha sido analisada e que, à partida, não haveria incompatibilidade.-----

O Vereador Anselmo Barcelos dirigiu uma pergunta ao Presidente dos Serviços Municipalizados, tendo em conta o bom tempo que se tem feito sentir, indagando se o nível das nascentes se mantém, bem como das lagoas, inquirindo se haverá problemas de escassez de água no verão.-----

O Vereador Anselmo Barcelos apontou ainda que no percurso que faz diariamente, entre São Bartolomeu e o centro de Angra do Heroísmo, encontra lixo espalhado junto aos contentores. Nesse sentido, indagou sobre o número de dias e recolhas.-----

O Vereador Anselmo Barcelos questionou sobre a Casa Mortuária da Serreta, indagando sobre a razão de estar há três anos parada. Inquiriu ainda se a Presidente tem conhecimento sobre um buraco que estão a abrir no Hotel do Cantagalo.-----

O Vereador Anselmo Barcelos dirigiu outra questão à Presidente, sobre o facto de os semáforos, no Caminho de Baixo (junto à residência do Representante da República) não estarem a funcionar há cerca de quatro meses. O Vereador Artur Lima acrescentou que não funcionam há um ano.-----

O Vereador Anselmo Barcelos referiu, de seguida, as obras no Fanal, chamando a atenção para o planeamento de obras futuras, sublinhando o atraso e o transtorno que as mesmas estão a causar.-----

O Vereador Anselmo Barcelos saudou a iniciativa "Carnaval Solidário", dando conta que seis ou sete danças angariaram fundos para transportar pessoas doentes para Lisboa, afirmando que é de louvar o sacrifício feito depois do Carnaval por estes grupos.-----

Em relação à recolha do lixo, o Vereador José Élio Ventura deu conta de não ter informação sobre a freguesia de São Bartolomeu, dando o exemplo da freguesia de São Mateus em que a recolha nos contentores é feita em algumas ruas, diariamente, indicando que noutras ruas é feita às terças, quintas-feiras e sábados, acrescentando haver outras ruas em que é apenas feita às terças e quintas-feiras. O Vereador José Élio Ventura explicou que os dias da recolha são definidos em função da dimensão populacional e número de residências. Nesse sentido, admitiu a possibilidade de haver a necessidade de reforçar alguma zona com mais um contentor. Anotou que ficou o registo, no sentido de a situação ser verificada e corrigida, pressupondo que a questão colocada está relacionada com o lixo indiferenciado.-----

O Vereador José Élio Ventura reportou-se de seguida à questão colocada em relação à água, dando conta que é uma questão que tem vindo a ser colocada com alguma

frequência. Afirmou não ser possível afirmar perentoriamente que não haverá problemas de falta de água, adiantando que nos últimos anos os Serviços Municipalizados fizeram investimentos importantes em termos de captação de água, renovação de condutas, concluindo que atualmente não há o nível de perdas de águas que se verificavam anteriormente. Indicou ainda os quatro furos abertos na parte nascente da ilha, que permitem disponibilizar uma quantidade significativa de água, acrescentando que para a zona de São Sebastião será adquirida uma bomba de maior potência. Explicou que a ideia é que sejam feitos alguns "bypasses", no sentido de dar o máximo aproveitamento aos quatro furos que estão na parte nascente do concelho, por forma a libertar mais água do Cabrito para a parte poente do concelho, que disse ser a mais problemática. Concluiu que os Serviços estão preparados para ultrapassar um verão difícil. Em relação ao estado das nascentes, disse ser uma preocupação, uma vez que os níveis destas estão bastante baixos, anotando que já foi necessário bombear alguma água para a Serreta, derivado das nascentes terem baixado bastante o seu caudal. Reiterou os investimentos feitos pelos Serviços Municipalizados, ressaltando a menor dependência das nascentes.-----

O Vereador Artur Lima questionou quais os anos a que o Vereador José Élio Ventura se refere quando fala dos investimentos feitos, pedindo que precisasse esse ponto. Referiu, ainda, que a perda de água que havia na rede se deveu sobretudo às obras na via rápida, presumindo que esta agora seja menos problemática. Indagou sobre a percentagem de água perdida e se os quatro furos estão em condições de serem usados de imediato. Deu ainda conta de não ter percebido a declaração sobre a bomba de maior capacidade em São Sebastião, pedindo explicações sobre a mesma.-----

O Vereador José Élio Ventura esclareceu, em relação à bomba, que o furo tem um potencial significativo para fornecer água, anotando que entenderam proceder à aquisição de uma bomba para aumentar o caudal de extração da água deste furo em particular, que vai abastecer São Sebastião e algumas freguesias do concelho da Praia. O Vereador Artur Lima inquiriu se chegaram a esta conclusão há muito tempo. O Vereador José Élio Ventura deu conta de não saber há quanto tempo, anotando que a informação lhe foi prestada pelos serviços técnicos. O Vereador Artur Lima questionou a razão de se ter chegado a essa conclusão. O Vereador José Élio Ventura respondeu que com uma bomba com maior capacidade será possível extrair mais água daquele furo, acrescentando que a bomba não é necessária para agora, mas sim para a altura do

verão. O Vereador Artur Lima recordou que no verão passado houve falta de água e com pouca pressão nas freguesias do concelho da Praia, cujo fornecimento vem do concelho de Angra, dando o exemplo da freguesia do Porto Martins, recordando que a oposição alertou para este facto por várias vezes, concluindo que afinal as pessoas que se queixavam tinham razão. O Vereador José Élio Ventura reportou-se novamente aos investimentos feitos pelos Serviços Municipalizados, dando conta que estes não estão todos concluídos, dando o exemplo da construção do reservatório do Poejo, cujo investimento recordou ser de quinhentos e cinquenta e cinco mil euros e a obra tem um prazo de execução de duzentos e cinquenta dias, acrescentando que este investimento é determinante para que a água que está nos quatro furos possa vir até ao reservatório, para depois ser bombeada para a parte poente da Ilha. Concluiu que até à construção do reservatório têm de ser equacionadas alternativas.-----

Relativamente aos investimentos avultados feitos pelos Serviços Municipalizados, o Vereador José Élio Ventura referiu a empreitada de reabilitação e construção de redes de água e saneamento em diversos arruamentos – segundo pacote, no valor de um milhão e trezentos mil euros, cuja abertura do procedimento foi desencadeada em 2009, com vários prazos de execução. Referiu de seguida os investimentos dos quatro furos, a empreitada das redes de água das Figueiras Pretas, no valor de cento e trinta mil euros, a empreitada das redes de água da variante norte do Raminho, Guarita e Miramar, concluindo que estes são os investimentos cuja informação tem presente. O Vereador Artur Lima anotou que a questão essencial é se os quatro furos estão operacionais. O Vereador José Élio Ventura respondeu afirmativamente, acrescentando que os trabalhos de um dos furos teve a sua conclusão atrasada, porque era necessário montar um PT e o proprietário do cerrado onde o PT era para ser montado não permitia a deslocação de um poste, concluindo que a situação foi superada, quando houve entendimento com o proprietário e concordância com a EDA, afirmando que o furo já se encontra em condições de funcionamento.-----

Em relação às questões previamente colocadas, nomeadamente em relação à Casa Mortuária da Serreta, a Presidente realçou o esforço da Junta de Freguesia, dando conta que já teve oportunidade de visitar a obra e que terá lugar, em breve, uma reunião com o Presidente da Junta por forma a perceber a melhor forma de agilizar a conclusão da obra.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão relativa ao buraco do Hotel Cantagalo, deduzindo que o Vereador Anselmo Barcelos se refira à implementação da infraestrutura para o gás. Informou que houve uma alteração na colocação do equipamento de gás, que está a ser formalizada. A Presidente informou ainda que o proprietário pretende concluir a obra rapidamente, tendo o mesmo previsto a conclusão da mesma para a altura do verão, previsão que a Presidente considerou ser otimista de mais, atendendo à sua dimensão.-----

No que se refere aos semáforos do Caminho de Baixo, bem como os da Canada Nova, a Presidente deu conta que são da responsabilidade da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, anotando que esta questão foi abordada na última Assembleia Municipal, altura em que foi fornecida a explicação que os técnicos não conseguiram resolver o problema e que agora se aguarda uma solução para o mesmo.--

Sobre a obra do Fanal, a Presidente indicou que a mesma decorreu dentro do prazo, ressalvando que o atraso esteve relacionado com uma situação que foi apreciada na última reunião de Câmara, que explicou ter a ver com o levantamento do asfalto que durante a operação se verificou que o piso era muito irregular. Explicou que tal situação não podia ter sido detetada anteriormente e que se poderia ter optado por colocar o asfalto por cima, mas que tal reduziria o prazo de vida útil do arruamento. Nesse sentido, houve a opção de atrasar a obra em cerca de uma semana, para regularizar o pavimento, situação que foi aprovada em reunião de Câmara. Concluiu que a intervenção deverá terminar no final da corrente semana, ficando a faltar apenas a pintura da via. O Vereador Anselmo Barcelos perguntou quando serão colocadas as árvores. A Presidente respondeu que estão a aguardar a chegada das mesmas.-----

A Presidente fez de seguida referência à iniciativa "Carnaval Solidário", concordando com as palavras do Vereador Anselmo Barcelos, anotando ainda que é uma forma de sensibilizar as pessoas para a situação de deslocação de doentes.-----

Relativamente à deslocação de doentes e a esta iniciativa, o Vereador Artur Lima associou-se igualmente às declarações do Vereador Anselmo Barcelos, acrescentando que infelizmente não foi cumprido, pelo Governo Regional, o projeto de resolução proposto pelo CDS-PP, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, que

previa que no fim de 2012 os doentes deslocados tivessem uma ajuda diária, no escalão máximo, até setenta euros. Concluiu que, felizmente, as pessoas continuam a substituir-se ao Governo Regional, reafirmando que é de enaltecer todas as iniciativas solidárias da sociedade, que disse substituírem a incompetência do Governo Regional.-----

O Vereador Fernando Dias interveio para inquirir se a Câmara tem algum levantamento sobre as sobras de estrada, anotando que esta questão tem sido levantada por diversas vezes, nomeadamente pelas Juntas de Freguesia, indagando se a Câmara irá fazer alguma coisa nesse sentido este ano.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de ter tido conhecimento que terá havido problemas com o som das Sanjoaninas e do Natal, nomeadamente em relação a avarias. Indicou que parece ser uma empresa de São Miguel a facultar este serviço e que quem soluciona as avarias são as empresas da Terceira. Solicitou esclarecimentos sobre esta situação e se existe algum procedimento diferente a ser adotado em próximos eventos.-----

O Vereador Fernando Dias pediu de seguida informações sobre um estudo sobre o comércio do concelho, em execução ou para ser executado pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se de seguida a uma questão que disse já ter sido abordada em reunião de Câmara, relativa à pesca no Monte Brasil, recordou as palavras da Presidente em como, em princípio, haveria alguma abertura, para a autorização dos pescadores pescarem no Monte Brasil. Deu conta de ter tido contactos com o segundo Comandante do Regimento e que a questão está parada. Nesse sentido, indagou sobre qual o ponto da situação.-----

De seguida o Vereador Fernando Dias referiu-se aos painéis luminosos suspensos na Via Vitorino Nemésio, ressaltando que os mesmos nunca funcionaram, questionando se a Presidente tem alguma informação sobre esta situação, e no caso de não ter, pediu que a Câmara solicitasse informação junto do Governo Regional.-----

A Presidente disse sobre as sobras de estrada que o levantamento existe, informação que disse ser normalmente remetida à Câmara, anotando que foi feito um contato relativamente recente com as Juntas de Freguesia no sentido de atualizar as sobras existentes por freguesia. Indicou ainda que está a ser preparado um procedimento público para adjudicar a asfaltagem das mesmas.-----

Em relação aos fornecedores do som das Sanjoaninas e do Natal, a Presidente indicou que no que diz respeito às Sanjoaninas este serviço é adjudicado à empresa que apresenta o orçamento mais reduzido, dando conta que nos últimos anos este serviço tem sido adjudicado a empresas que não são terceirenses. Relativamente ao Natal, deu conta que normalmente o serviço é adjudicado as empresas locais, anotando que se trata de um serviço de valores muito reduzidos, e que normalmente são feitos ajustes diretos. Relativamente às declarações do Vereador Fernando Dias, a Presidente referiu a possibilidade de haver alguma informação sobre a qual a própria não esteja a par, anotando que têm sido feito um esforço para trabalhar, com os fornecedores de som local. Concluiu que irá recolher informação a propósito desse assunto, acrescentou que poderá haver alguma confusão relativa ao facto de alguns dos empresários que trabalham nesta área terem vendido a sua parte a empresas de São Miguel, que continuam a trabalhar localmente.-----

A Presidente indicou de seguida não ter conhecimento do estudo do comércio em Angra do Heroísmo, feito pela Câmara do Comércio, afirmando que irá obter mais informações.-----

Relativamente à pesca no Monte Brasil, a Presidente deu conta que a informação que dispõe foi a mesma que transmitiu na última reunião de Câmara, reiterando que na reunião que teve com o senhor Comandante, o Regimento manifestou-se sensibilizado com a situação, ressaltando a questão de ser uma zona militar e anotando que há algumas questões de segurança que têm de ser acauteladas. Recordou ainda que o que foi comunicado na altura foi que se iria avaliar a situação no sentido de encontrar a melhor solução.-----

A Presidente deu de seguida conta, em relação aos painéis luminosos, da via rápida de ter percebido que a equipa técnica que vinha ver os semáforos ia também acautelar a situação dos painéis, sublinhando a necessidade de obter mais informações.-----

Período da Ordem do Dia

A Presidente solicitou a inserção de quatro pontos na ordem de trabalhos, fora da agenda, que foi aprovado por unanimidade.-----

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Suspensão de Trânsito

Ent. 804 – Pedido efetuado por **Gil Vicente de Mendonça**, com vista à suspensão de trânsito em diversos arruamentos da Cidade, nos dias 10 e 11 de março de 2012, das 20 às 21 horas e das 15 às 17 horas, respetivamente, destinadas à mudança da imagem e à procissão do Senhor dos Passos, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 972 – Pedido efetuado por **Flávio Aguiar Cabral**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Sé (entre o Alto das Covas e a Praça Velha), no dia 1 de março de 2012, das 14:30 às 16 horas, destinada à realização do VIII Ciclone – Festival Internacional de Tunas, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 949 – Pedido efetuado por **João Paulo da Silva Céu**, com vista à suspensão de trânsito, na Rua da Sé (entre o Alto das Covas e a Praça Velha), no dia 23 de fevereiro de 2012, das 14 às 15:30 horas, destinada ao desfile de tunas do Festival “X Olé Tunas”, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Isenção de Taxa

Ent. 833 – Pedido de isenção de taxas, efetuado pela **Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo**, referente à ocupação da via pública, bem como à licença especial de ruído, no âmbito da Campanha Ofereça Açores Namorados, realizada no dia 11 de fevereiro de 2012, na Praça Velha, freguesia da Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

A Presidente explicou que, atendendo a que não houve nenhuma reunião à data do pedido, a Câmara do Comércio pagou as taxas em causa, no valor de cerca de setenta euros, vindo agora para deliberação a eventual isenção. Anotou que, se for deliberada a isenção, o valor será ressarcido à Câmara de Comércio, atendendo a que se trata de uma campanha de apoio ao comércio local.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedido de apoio – VIII Ciclone – Festival Internacional de Tunas Cidade de Angra do Heroísmo

Ent. 125 – Ofício datado de 3 de Janeiro de 2012, da **A.C.T.U.S.A. – Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrariarum**, solicitando um apoio em espécie consubstanciado na atribuição de um Porto de Honra, a ofertar às tunas participantes no VIII Festival Internacional de Tunas – Ciclone, no valor de 588,31€, para autorização do órgão executivo municipal, nos termos nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou oferecer o citado Porto de Honra, no valor de €588,31 (quinhentos e oitenta e oito euros e trinta e um cêntimos).**-----

Sistema de Certificação de Infestação de Térmitas – Relatório do perito qualificado

Ent. 5017 - Auto da vistoria realizada no dia 14-2-2010, de acordo com a deliberação camarária de 30 de Janeiro passado, a um imóvel situado na Rua de São João 80-84.

Para deliberação camarária de acordo com o disposto no nº2, artigo 89.º, do RJUE (Decreto Lei 555/99 de 16 de Dezembro, na redação conferida pelo Decreto Lei 26/2010 de 30 de Março). – **A Câmara Municipal retirou este assunto, com vista à realização de audiência prévia aos interessados.**-----

A Presidente recordou que este assunto foi presente a reunião de Câmara, para deliberação de um prazo de sessenta dias para a intervenção na moradia em causa, nos mesmos moldes em que foi estipulado este prazo, foi igualmente proposto que a equipa técnica da Câmara se deslocasse à habitação em causa e que vistoriasse, no âmbito do RJUE, para avaliar as questões de segurança pública. Deu conta que as conclusões dessa vistoria foram que o imóvel apresenta algumas necessidades de intervenção, nomeadamente em termos de reabilitação de vigas de betão armado e algumas substituições de vigas estruturais da cobertura, sem prejuízo de virem a ser detetados outros e maiores danos existentes, na altura da intervenção. Neste sentido, propõe a Comissão de Vitorias, que seja fixado um prazo máximo de cento e vinte dias para a execução das obras acima mencionadas, atendendo a que a questão das vigas representa algum perigo, sendo importante a sua intervenção.-----

O Vereador Fernando Dias anotou considerar haver alguma contradição entre o relatório do especialista em térmitas e o relatório da Comissão de Vitorias da Câmara, sugerindo que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, por forma a dar conhecimento desse auto de vistoria ao proprietário. Chamou ainda a atenção sobre a questão das térmitas em Angra, considerando que a Câmara terá de analisar este assunto com muito cuidado, indicando que o prazo de cento e vinte dias, possivelmente, não será suficiente para a intervenção. Referiu, ainda, não serem claros os prazos estipulados, nomeadamente em relação aos sessenta dias fixados para a desinfestação e os cento e vinte dias para a execução da intervenção, indagando sobre qual o procedimento a ser desencadeado em primeiro lugar. Manifestou, também, que a Câmara terá de começar a ser exigente para com as vitorias destes prédios, uma vez que já tiveram lugar derrocadas de imóveis nessas condições. O Vereador Fernando Dias ressaltou, ainda, ter tido oportunidade de contactar com o proprietário do edifício em causa, dando conta que já foi autorizado na Câmara um projeto de obra para a remodelação total do edifício. Reiterou que a proposta do PSD é que o assunto seja retirado, que seja efetuada uma audiência prévia ao interessado, na qual lhe será dado conhecimento da vistoria.-----

A Presidente considerou existirem questões de fundo, nomeadamente em relação aos conhecimentos técnicos destes processos, ressaltando que não podem ser tomadas pela autarquia decisões sobre competências que não são da mesma. Nesse sentido, recordou que, se anteriormente tinham responsabilidades ao nível das térmitas, atualmente, e por força da legislação, perderam-nas e quem as detém agora é o Governo Regional. Relembrou que na última reunião pública de Câmara foram apreciados quatro pareceres do Ambiente, separados em dois grupos, um que juntava três situações e este que vinha em separado. Explicou que dos três que vieram em conjunto vinha o parecer que previa a intervenção nos referidos imóveis, com base no parecer do técnico, competindo à Câmara determinar o prazo para a execução das obras. Neste caso em concreto, e por proposta do Vereador Fernando Dias, ficou decidido que a equipa técnica da Câmara fizessem uma vistoria ao edifício em causa, apresentando um parecer com base no RJUE e não na legislação das térmitas. Afirmou que as avaliações não colidem e que a avaliação feita pelo Ambiente é prioritária. Nesse âmbito definiram o prazo de sessenta dias, dentro do qual seria feita a referida audiência, concluindo que o prazo continua a contar.-----

O Vereador Fernando Dias indagou novamente sobre a questão dos dois prazos, de sessenta e cento e vinte dias. A Presidente respondeu serem situações diferentes, a questão das térmitas, cujo prazo está fixado em sessenta dias e outra questão, ao nível estrutural, com um prazo de cento e vinte dias. Anotou que, conforme informação prestada pelo Vereador Fernando Dias, se o proprietário já pretende desocupar o imóvel e fazer obras, esta é a situação ideal. O Vereador Fernando Dias levantou a questão do projeto, com execução de doze meses. A Presidente anotou o facto de serem situações que se complementam, acrescentando que se existe um projeto o prazo dos sessenta dias poderá ser adaptado aos doze meses de execução do referido projeto, desde que não represente perigo para a via pública. A Presidente concordou com a sugestão da audiência prévia, ressaltando que havia o prazo de sessenta dias para a intervenção, tendo em conta a urgência da mesma, e que com esta decisão estão a protelar esta questão, o que acresce uma responsabilidade que sublinhou que não pode ser descurada.-----

O Vereador Artur Lima, referindo-se à questão do prazo fixado de sessenta dias, após receção do parecer técnico do Ambiente, deu conta de ter conhecimento de edifícios

públicos que estão a cair por ação das térmitas, que constituem perigo para a via pública e para a contaminação dos edifícios vizinhos e em relação aos quais as entidades públicas não fazem rigorosamente nada para resolver o assunto. Manifestou que lhe custa impor a um privado estes prazos, sem saber se este tem ou não condições para fazer a obra nesses cento e vinte dias. Manifestou que não se perderia nada em, num prazo de cinco dias ou uma semana, ouvir o proprietário, concluindo que seria uma atitude de bom senso e de ética, salvaguardando a fixação de um prazo a curto trecho, por razões de segurança, nomeadamente por a casa ser habitada.-----

O Vereador Fernando Dias afirmou que, em Angra, só há ações em relação a estas situações quando o interessado se manifesta no sentido de efetuar obras, considerando que não se age no sentido da prevenção, referindo a propósito a contaminação de determinados edifícios contíguos, designadamente de edifícios públicos para edifícios particulares, anotando a possibilidade de se verificar um “sismo silencioso” e dos edifícios privados ruírem, realçando ainda a questão da disponibilidade financeira dos proprietários. Destacou que, mesmo que a legislação diga que não é responsabilidade da Câmara, a autarquia deveria ter uma posição pró-ativa neste aspeto.-----

A Presidente respondeu que vários edifícios públicos foram alvo de intervenção e outros estão ainda em fase de obras, dando o exemplo da Segurança Social e o edifício da Secretaria Regional da Educação e Formação. O Vereador Artur Lima indicou que o edifício da Secretaria da Educação está infestado por térmitas desde 2007. A Presidente ressaltou que o problema das térmitas já tem algumas dezenas de anos, tendo-se vindo a manifestar com maior intensidade nos últimos tempos. Sobre a questão da disponibilidade financeira para a intervenção, a Presidente disse perceber a questão, ressaltando que na intervenção proposta não são definidos os moldes da mesma, que poderá passar apenas pelo tratamento da madeira, com algum produto. Neste caso em particular, sublinhou que é preciso ter em atenção que a urgência da intervenção prende-se também com a vontade do proprietário em fazê-la rapidamente. Concluiu que a decisão é consensual, no sentido de retirar o assunto, com vista à realização de audiência prévia ao interessado.-----

Empreitada da Escola da Ribeirinha
– Pacote 2 – trabalhos a menos – valor corrigido

Ent. 46 - Informação do CDUIM, detetando um lapso na listagem de trabalhos a menos apresentada, para retificação da deliberação camarária de 16-1-2012 relativa à empreitada de construção da escola da Ribeirinha. Vem informada favoravelmente pelo DDSGT. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou a retificação constantes da informação supramencionada.**-----

A Presidente deu conta que houve um erro num número na transferência dos valores, indicando que há um diferencial no valor dos trabalhos a menos, de aproximadamente oito mil euros, sendo o valor total corrigido de setenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco, noventa e cinco, quando o valor inicialmente aprovado tinha sido de oitenta e oito, cento e setenta e quatro, trinta. Deu conta da informação prestada pelo Chefe de Divisão, que detetou o lapso na lista de trabalhos a menos apresentada e que vem para retificação da deliberação camarária de 16 de janeiro de 2012, informada favoravelmente pelo Director de Departamento.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que na anterior informação prestada sobre estes dados, os números tinham sido fornecidos com mais detalhe, deixando a sugestão para uma próxima ocasião.-----

Empreitada de Reabilitação e criação de arruamentos do Concelho

– Pacote 3 – 2008 –

Av. General Ferreira Gomes

– Trabalhos a mais

Ent. 824 – Novamente presente a proposta da fiscalização da empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos do Concelho, Pacote 3, para aprovação de trabalhos a mais. Vem informada favoravelmente pelo CDUIM e DDSGT, para deliberação com a inclusão da respetiva ficha de cabimento. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e**

do Vereador do CDS-PP, manteve a deliberação tomada em reunião do executivo municipal de 13-02-2012, após o devido cabimento.-----

A Presidente recordou que na última reunião aprovaram os trabalhos a mais da Av. General Ferreira Gomes e da Av. Tenente Coronel José Agostinho, passando a explicar que esta entrada e a próxima, por lapso, não incluíam a respetiva ficha de cabimento. Anotou que não houve qualquer tipo de alteração e que se pretende apenas formalizar a deliberação tomada na última reunião de Câmara.-----

Empreitada de Reabilitação e criação de arruamentos do Concelho

– Pacote 3 – 2008

– Av. Tenente Coronel José Agostinho

– Trabalhos a mais

Ent. 825 – Novamente presente a proposta da fiscalização da empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos do Concelho, Pacote 3, para aprovação de trabalhos a mais. Vem informada favoravelmente pelo CDUIM e DDSGT. Para deliberação da CMAH de acordo com o disposto no artigo 370.º do CCP, para deliberação com a inclusão da respetiva ficha de cabimento. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, manteve a deliberação tomada em reunião do executivo municipal de 13-02-2012, após o devido cabimento.-----**

Atribuição de apoios

– Coletividades desportivas e atletas individuais

Ent. 220 – Presente para deliberação do órgão executivo, com vista a eventual ratificação das adendas aos contratos programa a celebrar com as Coletividades Desportivas e Atletas Individuais, nos termos do n.º 3, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - – **A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente da Câmara, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 abstenções dos**

Vereadores do Partido Social Democrata, ratificou as adendas aos contratos programa em causa.-----

Sobre este assunto, a Presidente indicou ter tido o cuidado de contactar as partes para esclarecer que o documento aprovado anteriormente de apoio às coletividades desportivas previa o apoio de cinquenta por cento, numa primeira fase, com a assinatura de protocolo e os restantes cinquenta por cento mais tarde. No entanto, atendendo às dificuldades que os clubes estão a passar e da necessidade de liquidez imediata e havendo possibilidade por parte da autarquia em satisfazer o pedido, foi decidido consensualmente proceder ao pagamento na totalidade desses apoios. Nesse sentido, veio para ratificação a adenda ao contrato programa, por forma a permitir que o pagamento seja efetuada na íntegra.

Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata
– Medidas para desempregados

Ent. 956 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, de 16 de Fevereiro de 2012, no sentido de a Câmara Municipal estudar a possibilidade de criar um pacote especial de redução no pagamento de alguns serviços para desempregados de longa duração. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta recomendação.**-----

O Vereador Fernando Dias procedeu a algumas alterações no documento da recomendação, nomeadamente do valor da taxa desemprego na Região Autónoma dos Açores para 15,1%. Como considerações base da recomendação indicou, para além do valor do desemprego, a situação socioeconómica agravada no concelho de Angra, pelas queixas crescentes dos munícipes da falta de trabalho e da situação de desemprego, principalmente dos jovens, informação essa do boletim de janeiro da Solidariedade Social que indica que os jovens representam 32,4% do desemprego total dos Açores. Acrescentou que se trata do valor mais elevado do país. Salientou o facto de o poder local poder contribuir para mitigar as dificuldades das famílias, como o desemprego e o facto de a Câmara Municipal de Angra poder criar medidas sociais, através dos seus serviços. Ressalvou que estas medidas têm como objetivo desagravar as dificuldades de muitos munícipes, especialmente os desempregados de longa duração, no sentido de serem estudadas formas de minorar alguns custos como a água, saneamento ou

licenças urbanísticas. Concluiu que os Vereadores do PSD recomendam que a Câmara Municipal estude a possibilidade de criar um pacote especial de redução do pagamento de alguns serviços para os desempregados de longa duração.-----

O Vereador Artur Lima deu conta que os desempregados de longa duração aumentaram para 3%, manifestando-se de acordo com a recomendação apresentada. Recordou que, no âmbito do plano e orçamento o CDS-PP defendia uma proposta semelhante, com uma maior abrangência, que previa a redução para cinquenta por cento em algumas taxas. Destacou que, em 2002, o desemprego nos Açores era de 2%, sendo hoje de 15,1%, sublinhando que em termos reais anda muito próximo dos 20%.-----

A Presidente concordou com as afirmações relacionadas com as implicações do desemprego, afirmando que é uma situação deveras preocupante, apontando que há situações em que o rendimento de uma das partes suporta os encargos de duas, quando uma destas se vê nesta situação. Sublinhou que não é um cenário fácil, nem normal, contemplando ainda a questão dos empréstimos, que atualmente significam instabilidade para muitos agregados familiares, uma vez que agora há um desequilíbrio na relação do que ganham e do que têm de pagar. Neste sentido, manifestou que concorda que a autarquia tem de tomar todas as medidas possíveis, no sentido de auxiliar este tipo de situações. A Presidente reportou-se à informação constante no boletim referido pelo Vereador Fernando Dias, onde disse ser igualmente referido, no desemprego total, que nos últimos trimestres, apesar do aumento do desemprego, os Açores são a segunda zona do país com menos desemprego. Os Vereadores Artur Lima e Fernando Dias afirmaram que esses dados estão desatualizados, bem como o Vereador Fernando Dias. A Presidente indicou que este foi o documento que serviu de base à presente recomendação, a qual disse merecer o apoio da própria.-----

O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de não conseguir encontrar estatísticas referentes ao concelho de Angra, manifestando a importância de haver uma análise mais detalhada. Nesse sentido, considerou, ainda, a importância de serem conhecidas quais as áreas em que o desemprego mais se verifica, referindo por exemplo a construção civil. Solicitou acesso às taxas de desemprego ao nível do concelho e da ilha, afirmando que é lamentável não se conheça estes números, recordando que o Vereador António Ventura solicitou estes dados anteriormente.-----

A Presidente concordou, anotando que a proposta do PSD deverá concretizar-se com base nestes dados.-----

O Vereador Artur Lima recordou que os dados sobre o desemprego no concelho de Angra foram pedidos pelo Vereador António Ventura no passado ano. Informou ainda que atualmente os Açores são a segunda pior região do país, sendo apenas superados pelo Algarve, com 17%, dados que o Vereador Fernando Dias disse serem de 2011. O Vereador Artur Lima indicou ainda que o Vice-Presidente disse na passada semana, na Assembleia Legislativa, que estima que o desemprego nos Açores, no fim do primeiro trimestre, possa chegar aos 16/17%. O Vereador Artur Lima destacou, ainda, que o desemprego no Algarve tem uma justificação que se prende com a sazonalidade e com o turismo. Deu conta de estar curioso sobre este estudo que a Câmara vai elaborar, designadamente em como se vai materializar esta ajuda aos desempregados, considerando que a mesma deverá ser prestada a todos, de forma equitativa, dando o exemplo da redução das rendas das habitações sociais.-----

A Presidente concordou que estes serão pontos a considerar, manifestando ainda, sobre a questão das habitações sociais, que terão de ser estudados e adotados critérios equitativos.-----

1.ª Alteração ao Orçamento **e GOP'S de 2012**

Ent. 222 – Primeira alteração ao Orçamento e GOP'S, a qual visa o reajustamento de diversas dotações da despesa, no valor de € 178 808,00 (cento e setenta e oito mil oitocentos e oito euros), nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do artigo 64.º e do n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Para conhecimento do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Fora da Agenda

Suspensão de Trânsito

Ent. 1055 – Pedido efetuado pela **Fábrica da Igreja Paroquial do Raminho**, com vista à suspensão de trânsito na Estrada Regional, freguesia do Raminho, no dia 4 de março de 2012, das 13:30 às 15:30 horas, destinada à realização da procissão do Senhor dos Passos, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Emissão de parecer prévio

– aquisição de serviços de limpeza

Ent. 285 - Proposta do Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, no sentido de o órgão executivo emitir parecer prévio favorável relativamente à aquisição de serviços de limpeza a Anabela Faria Brum Ferreira Unipessoal, nos termos do artigo 26.º, n.ºs 4 e 8 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2012. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, retirou este assunto, tendo em vista, apurar mais elementos sobre o mesmo.**-----

A Presidente explicou que houve um procedimento para a limpeza da parte da frente da Câmara, tendo sido feito outro procedimento para a parte de trás, anotando que as datas não são coincidentes e que há um desfazamento entre as duas ações. Concluiu que propõe fazer este procedimento até equilibrar as datas, no período de cinco ou seis meses, para que seja então aberto o concurso público para aquisição dos serviços de limpeza.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta de ter dúvidas sobre o assunto, bem como o Vereador Artur Lima. O Vereador Fernando Dias indicou estar-se a falar de uma verba de seis mil e trezentos euros, anotando que só se consegue perceber isso. Inquiriu ainda sobre o período, que a Presidente disse ser de sete meses, por forma a equiparar os dois procedimentos e abrir um procedimento único.-----

O Vereador Fernando Dias questionou sobre a limpeza na Câmara e se a mesma não era feita por pessoal próprio. A Presidente respondeu que já há algum tempo que tal não acontece.-----

O Vereador Artur Lima deu conta que, se a proposta for para ser votada na presente reunião, votará contra, uma vez que considera não ter informação suficiente que permita apurar se os procedimentos foram feitos em conformidade. Nesse sentido, declarou que, mais uma vez, se prova o laxismo com que alguns assuntos eram tratados, afirmando que se fazem contratos anuais e que os procedimentos, aquando do término de um contrato, devem ser desencadeados de imediato e não desta forma, sublinhando que em agosto já se sabia que o contrato acabava a 30 de novembro, anotando que se um novo não foi feito foi por pura incompetência e negligência. Manifestou ainda ter algumas dúvidas sobre a legalidade desse procedimento, concluindo que tem, igualmente, dúvidas sobre o próximo ponto. Colocou a hipótese de o assunto ser retirado e do Coordenador dos Meios Operacionais explicar a situação.-----

O Vereador Fernando Dias disse que o PSD concorda com o Vereador Artur Lima, referindo que a proposta deveria ser objeto de um concurso, acrescentando que a mesma situação se coloca com o ponto seguinte. Sugeriu que o ponto fosse retirado da agenda e que a Câmara procedesse a um procedimento concursal.-----

A Presidente deu conta de ser consensual a preferência pelo procedimento precedido de consulta, reiterando que a presente proposta pretendia igualar os prazos, para que seja um procedimento único, considerando que este é uma mais valia, anotando ainda os benefícios financeiros.-----

O Vereador Fernando Dias indagou sobre a data do início do contrato, questionando ainda sobre a forma como foram pagos os meses de dezembro e janeiro. A Presidente respondeu que se o valor for inferior a cinco mil euros poderá ter sido por ajuste direto simplificado, sem necessidade de parecer prévio. Após alguma discussão em torno dos meandros da questão, o Vereador Fernando Dias sugeriu que o assunto fosse retirado, para esclarecimento. A Presidente concordou.-----

Emissão de parecer prévio
– aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes

Ent. 286 - Proposta do Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, no sentido de o órgão executivo emitir parecer prévio favorável relativamente à aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes à Terjar Implantação Espaços Verdes Lda, nos termos do artigo 26.º, n.ºs 4 e 8 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para 2012.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, retirou este assunto, tendo em vista, apurar mais elementos sobre o mesmo.**-----

O Vereador Artur Lima pediu informação sobre a referida empresa.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que a Câmara tem jardineiros e outro pessoal próprio para este tipo de serviço, indagando se os mesmos não são suficientes para a manutenção. A Presidente deu conta que existem dezassete jardineiros, que operam em todos os espaços públicos, destacando que não conseguem chegar a todos os locais, sendo a presente proposta destinada ao Relvão, que recordou ser uma área grande para o corte de relva. Nesse sentido, concluiu que o assunto é retirado para posteriores esclarecimentos.-----

Ent. 1135 – Proposta do Vereador do CDS-PP, datada de 27 de Fevereiro de 2012, no sentido de serem solicitados esclarecimentos à EDA – Electricidade dos Açores, sobre o Plano de Poupança de Energia. Propõe ainda o mesmo Autarca que a Câmara Municipal recomende à citada Empresa a suspensão dos candeeiros da via pública, no Concelho de Angra do Heroísmo, até que todos os esclarecimentos necessários sejam recebidos e analisados.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta recomendação.**-----

O Vereador Artur Lima recordou que esta questão foi levantada anteriormente pelo Vereador Alonso Miguel. Indicou de seguida os anúncios do desenvolvimento tecnológico pelo Secretário Regional da Ciência, Equipamentos e Tecnologia, destacando que a EDA, à conta de um plano de poupança de energia, por via da vontade do Governo Regional dos Açores, retirou alguns candeeiros, sem critério, o que considerou ser inacreditável no século XXI. Deu conta de ter visto em determinadas zonas candeeiros que foram retirados próximos de residências e outras zonas praticamente desabitadas que continuaram iluminadas. Anotou, ainda, que teve

informação que o plano foi elaborado em São Miguel. Relativamente ao concelho de Angra, indicou que a Câmara deve pedir esclarecimentos à EDA sobre esse plano e sobre os critério de remoção de candeeiros, considerando que atualmente os munícipes se sentem mais seguros com as suas respetivas zonas de residência iluminadas, afirmando ainda que, em última instância, esta medida poderá pôr em perigo a segurança de bens e pessoas. Explicou ainda que a proposta prevê que, enquanto não forem prestados os esclarecimentos solicitados, se recomende à EDA que seja suspensa a retirada dos candeeiros. Depois de afirmar concordar com a redução do consumo energético, sugeriu ainda que se questione EDA, dadas as novas soluções informáticas e tecnológicas, se não há outra solução, dando o exemplo de outras alternativas.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que o referido plano deve prever quais as zonas em que os candeeiros são retirados, considerando que é importante apurar essa situação.--

A Presidente lembrou que na última reunião tinha sido abordada a questão se a intervenção estaria a resultar em situações de diminuição de segurança e conseqüente aumento da intervenção da Polícia. Informou que esta questão foi colocada ao Comissário que respondeu que não verificou acréscimo de insegurança, resultante da falta de iluminação.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu se o Vereador Artur Lima tinha conhecimento da data de início da intervenção. O Vereador Artur Lima disse ter sido há cerca de um mês, acrescentando que o senhor Comissário deveria ter informado que há estudos sobre esta matéria, feitos em zonas do país. Afirmando ainda que há uma orientação clara do Governo Regional para que não sejam feitas estatísticas, acrescentando que estas existem, mas que não são publicadas. Sobre o referido estudo, elaborado no continente, deu conta que não há um aumento exponencial da insegurança por via desta medida, aplicada no continente há cerca de quatro anos, que disse ser de 4/5%. Apontou ainda o critério da racionalidade na retirada dos candeeiros, cuja explicação disse ser essencial.-----

A Presidente deu conta que esta situação é mais abrangente, uma vez que a EDA intervém a nível regional. O Vereador José Élio Ventura acrescentou ainda que a EDA está a intervir nas vias que são da responsabilidade do Governo Regional e que nas

estradas municipais ainda não há nenhuma diligência, nem por parte da autarquia, nem por parte da EDA. O Vereador Artur Lima retorquiu deve haver uma atitude pró-ativa da Câmara. O Vereador José Élio Ventura considerou que a Câmara não se pode abster desta causa, reiterando que esta vai muito para além do concelho. Acrescentou ainda ter recebido as mesmas queixas por parte de alguns munícipes, em relação ao facto de terem sido retirados candeeiros junto das suas moradias.-----

A Presidente considerou que, para além da solicitação destas informações, em relação à parte da recomendação que prevê a suspensão da retirada dos candeeiros, não acredita que tal aconteça, ressaltando que esta é uma intervenção a nível das estradas regionais. A Presidente reportou-se ainda à questão dos custos elevados da iluminação, uma situação que disse ser visível no orçamento, concluindo ser necessário tentar reduzir esta despesa, anotando perceber que existem outras alternativas.-----

O Vereador Artur Lima afirmou que “só se poupa quando se tem”, afirmando que a EDA sempre maltratou a Terceira e que apenas nos últimos anos é que tem feito algum investimento. Recordou que anteriormente a EDA optava por lâmpadas de grande voltagem e que agora o Governo Regional quer diminuir os custos da iluminação pública, nesse sentido sugeriu que reduzam o número de lâmpadas e voltagem das que iluminam os palácios e os edifícios públicos, concluindo que é necessário poupar energia há muitos anos e que o exemplo tem de ser dado primeiro pelas entidades públicas, apontando ainda a iluminação presente em toda e qualquer canada, com ou sem habitações. Referiu-se ainda às lâmpadas de consumo reduzido, com as quais disse ter a experiência que efetivamente têm resultados, afirmando que esta poderia ser outra alternativa que permitira poupar em 30 ou 40%.-----

A Presidente disse não ter conhecimento de causa em relação à solução proposta, indagando se o corte na iluminação dos edifícios públicos seria suficiente, concluindo que o importante para o município é perceber quais os critérios que estão a ser utilizados.-----

Período da Intervenção do Público

A Presidente concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro.---

O Presidente da Junta de Freguesia, após saudação, reportou que deu conhecimento à Câmara da questão dos contentores do lixo na freguesia e que também foi informado, em relação aos semáforos junto ao bairro de "Summerchild", que se aguarda a chegada de um técnico para os reparar, que vem igualmente intervir nos placares da via rápida. Relativamente ao Fanal, deu conta que na corrente semana caiu mais uma parte da falésia, concluindo que o local é bastante perigoso, indicando ainda que havia sido pensado fazer uma escada de acesso ao local, mas que seria um risco demasiado grande. Concluiu que está a aguardar uma resposta por parte do Ambiente.-----

O senhor Hélder Costa, que disse ser membro da Assembleia de Freguesia de São Pedro, colocou uma questão relativa aos cartões dos parquímetros, cuja utilização disse permitir alguma economia. Deu conta de não existirem, há vários meses, cartões e que a informação prestada dava conta que estava a estudar a situação. Indicou ainda que, na altura em que utilizava o cartão, teve de se dirigir pessoalmente, por várias vezes à câmara municipal, porque não havia contacto telefónico, em caso de avaria e que em caso de devolução a situação era a mesma. Neste sentido, indagou se a Câmara não devia fiscalizar a empresa que presta este serviço, dando conta de um episódio de uma avaria, em que o próprio teve de procurar uma máquina alternativa, para evitar uma multa. Fez ainda uma ressalva ao estado do Parque do Relvão, que considerou estar muito bem arranjado, anotando no entanto que os muros na parte de baixo foram corrigidos com cimento, o que deixou um resto de cimento no chão, o que disse contrastar com a beleza do espaço.-----

Em relação aos cartões dos parquímetros, a Presidente explicou que tem sido uma questão levantada por várias vezes, concluindo que até agora é uma situação que a Câmara ainda não conseguiu solucionar. Explicou ainda que, à medida que os cartões foram avariando, a empresa a quem está adjudicado o serviço não teve capacidade de os repor. Informou que há um novo procedimento a ser preparado, uma vez que o contrato com esta empresa termina no final do corrente ano, acrescentando que o novo procedimento tentará acautelar as situações supracitadas. Sobre este assunto, o município referiu ainda a questão da legalidade das faturas.-----

Relativamente ao Relvão, a Presidente deu conta de visitar o local com frequência, anotando não ter reparado no pormenor referenciado pelo munícipe. O Vereador José Élio Ventura acrescentou ter visitado o local com o Presidente da Junta de Freguesia da Sé, que referenciou vários aspetos, mas que este não foi um deles, concluindo que a questão será verificada.-----

O senhor Hélder Costa referiu ainda que no portão do lado do Cais da Figueirinha está sempre fechado, inquirindo sobre o motivo.-----

A Presidente deu conta que se irá também verificar esta situação, agradecendo a intervenção.-----

Um munícipe, que não se identificou, inquiriu se a calçada da Rua da Rocha será intervencionada. A Presidente respondeu afirmativamente. O mesmo munícipe chamou a atenção para o estado da calçada e para as consequências nos veículos.-----

O mesmo munícipe chamou a atenção para a transição entre o asfalto e a calçada na zona da Guarita, junto aos Bombeiros.-----

O senhor Mário Silva disse que a zona do Fanal deveria estar habilitada para banhos, considerando que a freguesia ganharia com isso. Referiu ainda que na penúltima Assembleia de Freguesia foi referido que o esgoto a céu aberto que lá passa ia ser resolvido, que disse manter-se. Questionou quando é que o problema será solucionado.-----

No que diz respeito à questão dos banhos, a Presidente ressaltou que a zona é bastante perigosa, apesar de ser muito bonita, anotando que o mar está a destruir a própria falésia. Acrescentou que o assunto não é novo e que já foi, por várias vezes, analisado na própria Câmara, concluindo que nunca avançaram atendendo ao perigo e ao custo que constitui reabilitar e manter esta zona. O mesmo munícipe recordou que havia um estudo e um projeto para esta zona, informação prestada há cerca de três anos, anotando que as questões referidas pela Presidente são do conhecimento de todos. Chamou a atenção novamente para a questão do esgoto, ressaltando a

qualidade da requalificação feita na zona, que contrasta com o referido esgoto a céu aberto, concluindo que nunca houve uma resposta por parte da Câmara.-----

A Presidente deu conta de não conhecer ao pormenor a situação, concluindo que será verificada. Sobre o projeto, a Presidente disse não o conhecer, reiterando que, em função do risco que esta zona apresentava, optaram por outras alternativas.-----

O mesmo senhor Mário Silva chamou a atenção para o cheiro nauseabundo que se faz sentir, em alguns dias junto aos ecopontos do Alto das Covas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia, em relação ao esgoto a céu aberto, informou ter estado junto ao mesmo com um técnico da Secretaria Regional do Ambiente, dando nota que este será arranjado, acrescentando que na altura da visita estava a aproximar-se a chegada do inverno e que, a seu tempo, será acautelada a zona, para evitar acidentes.-----

Sobre a questão dos contentores, o Vereador José Élio Ventura deu indicação que na última reunião de Câmara o Vereador Alonso Miguel chamou a atenção para esta situação e que, na altura, deram conta que no ecoponto amarelo tinha sido colocado um saco de lixo indiferenciado, que depois vieram a constatar que era de peixe. Informou que o ecoponto foi substituído, para se proceder à limpeza do mesmo. Alertou que esta é uma situação que poderá repetir-se, mas que estarão atentos, como estiveram em relação a esta, em concreto, acrescentando que qualquer munícipe que verifique uma situação semelhante poderá sempre contactar os Serviços Municipalizados.-----

A senhora Graça Silveira tomou a palavra sugerindo que, em relação aos estudantes, em vez de vinho do porto se oferecesse um verdejo. A Presidente respondeu que essa normalmente é a opção adotada, esclarecendo que “Porto de Honra” é apenas a expressão utilizada.-----

O Presidente da Junta de Freguesia fez uma questão relativa aos mini-buses. A Presidente informou que estes, a partir de 2 de abril, passam a ser denominadas carreiras urbanas e pagas, pelo valor de vinte cêntimos, havendo a opção de as pessoas pagarem cinco euros por um passe ilimitado mensal. Relativamente ao percurso em São Pedro, devido às obras, disse que irá manter-se, acrescentando que

no período do verão o trajeto será alargado até à Silveira, o que disse ser uma mais valia.-----

O Presidente da Junta de Freguesia inquiriu sobre o estacionamento na Rua de São Pedro, indagando se este se manterá apenas de um lado. A Presidente indicou que esta questão foi discutida na última reunião da Comissão de Trânsito, mas que não reuniu consenso. Ressalvou que o estacionamento só de um lado acaba por ser uma mais valia em termos de segurança, acrescentando que foi ainda equacionada a possibilidade do estacionamento só de um lado, mas em espinha, para dar mais hipóteses de estacionamento, mantendo a disponibilidade da via.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra para cumprimentar os presentes. Posteriormente, afirmou, relativamente às declarações do Vereador José Élio Ventura, que os munícipes estão atentos. Sobre a situação do ecoponto do Alto das Covas, reportou-se ao carro que fazia lavagem dos contentores e das ruas, recordando que o aluguer do mesmo custou vinte mil euros e indicando que pensava que este tinha resolvido todos os problemas. Neste sentido, e de acordo com o que tinha sido referido pelo senhor Hélder Costa, considerou que tem de haver mais fiscalização por parte da Câmara e por parte dos funcionários desta.-----

Sobre os cartões dos parquímetros, o Vereador Artur Lima anotou que tem verificado, por várias vezes, que alguns não funcionam, concluindo que há um desleixo por parte da firma, relativamente à manutenção das máquinas e relativamente à falta de contato em caso de avaria. Disse ainda que a empresa não tem prestado um bom serviço, recordando que há cerca de um ano a anterior Presidente da Câmara pediu explicações sobre a questão dos cartões e que, na altura, a empresa comunicou que não haveria mais cartões, concluindo a necessidade de esclarecer esta situação e de marcar uma reunião com o representante desta empresa.-----

No que diz respeito ao esgoto a céu aberto, o Vereador Artur Lima lembrou que o ex-Presidente dos Serviços Municipalizados disse que este problema ia ser resolvido, destacando que a Junta e os munícipes estão atentos. Apontou recordar-se da antiga zona balnear do Fanal com saudosismo, ressaltando que tem de ser tida em conta a questão do perigo das falésias, mas que nunca houve interesse em apurar se a

construção desta zona balnear é possível. Acrescentou que seria uma mais valia para a cidade, dando o exemplo da recuperação da Prainha, concluindo que urge verificar se esta construção é ou não possível. Sobre o esgoto a céu aberto, fez votos para que na próxima reunião em São Pedro o mesmo já não exista, manifestando que o Vereador José Élio Ventura dará melhor conta do recado.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter ficado com o registo da questão do esgoto a céu aberto e que, no caso de esta ser da competência dos Serviços Municipalizados, irá ponderar-se uma solução. Relativamente ao ecoponto, informou que o Encarregado Operacional, Marco Vieira, procedeu à limpeza do ecoponto no dia 10 de fevereiro, pelas dezoito horas, ressaltando que o problema foi detetado pelos funcionários dos Serviços Municipalizados. Sobre as limpezas e a manutenção, informou que no mês de março será feita uma limpeza de todos os ecopontos citadinos.-

A Presidente afirmou que os assuntos que chegam à reunião de Câmara, pública ou não, são normalmente as situações que funcionam menos bem, concluindo que numa autarquia, como em qualquer outro lugar, todos os dias há coisas que não correm tão bem ou que podem ser melhoradas, acrescentando ainda que há sempre, em todos os lugares, funcionários mais briosos que outros, anotando que no caso de Angra há um elevado número de pessoas que são extremamente dedicadas à Câmara e que trabalham com afinco. Nesse sentido, referiu que o bom trabalho acaba por não passar por estas reuniões, mas que o mesmo é feito pelas mesmas pessoas que um dia poderão fazer alguma coisa menos bem. Indicou ainda que estas reuniões funcionam também como um alerta, que disse ser bem aceite, anotando que, ao mesmo tempo, tem de ser feita justiça ao bom trabalho desempenhado. Sobre a zona balnear, a Presidente deu conta que era da mesma opinião, que esta zona deveria ser recuperada, reafirmando que o assunto foi muito debatido, mas que há um risco muito elevado em termos de intervenção e para retirar este risco há um custo muito grande, anotando a necessidade de encontrar um cenário de equilíbrio e de opções que têm de ser feitas, em detrimento de outras.-----

O senhor Mário Silva, enquanto munícipe, manifestou-se satisfeito com a abertura e a maneira de estar da Presidente da Câmara, congratulando-a por isso mesmo. A Presidente agradeceu, em nome próprio e da Câmara, acrescentando que esta postura não é possível pela vontade de um ou de três, mas pela vontade de sete, concluindo

que os resultados alcançados são fruto do trabalho e do esforço de todos e ainda que o convívio e a conversação têm sido fáceis, em prol do município.-----

O Vereador Artur Lima anotou apenas que a oposição se mantém, tendo mudado apenas os elementos do executivo, concluindo que se registra uma mudança total no relacionamento entre a oposição e o executivo.-----

O Vereador Fernando Dias anotou que é uma questão de postura.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....